
Entidades da advocacia pública federal ameaçam estimular greve

A advocacia pública federal — que reúne as carreiras de advogado da União, procurador federal, da Fazenda e do Banco Central — pode ser a próxima categoria do funcionalismo público a entrar em greve.

As associações e sindicatos que representam esses servidores farão consultas e assembleias até o início da próxima semana para decidir contra ou a favor da paralisação. Caso os profissionais optem por cruzar os braços, o movimento deve ser deflagrado na quarta-feira (22/8).

De acordo com Luís Carlos Palacios, diretor-geral da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil — que representa 1,8 mil dos 8 mil profissionais na ativa no setor —, as carreiras da advocacia pública federal dialogam com o governo há dois anos sem conseguir uma proposta concreta de aumento salarial.

Os servidores reivindicam equiparação salarial com a magistratura e com membros do Ministério Público Federal. "Na Constituição Federal, nossa função está no mesmo patamar da deles, mas temos nosso salário inicial é 40% menor", afirma Palacios. Segundo ele, 22 unidades da Federação pagam aos advogados estaduais remunerações melhores do que os oferecidos pela União.

Marcos Luiz da Silva, presidente da Associação Nacional dos Advogados da União, diz que o governo está "empurrando" os profissionais da categoria à paralisação, pois o Ministério do Planejamento não os recebe para negociar.

Ambas as entidades promovem consulta eletrônica sobre a deflagração da greve em seus respectivos sites. Entre sexta-feira (17/8) e sábado (18/8) farão reuniões em Brasília para avaliar o que fazer caso a paralisação seja aprovada. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

16/08/2012